



CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO: Estudo sobre território e territorialidade

Celio Silva Meira
Universidade Católica do Salvador

Cristina Maria Macedo de Alencar
Universidade Católica do Salvador

Resumo

As mudanças que se sucederam no território brasileiro a partir dos processos de industrialização e urbanização engendraram múltiplas consequências sobre as relações campo-cidade, resultando em novas dinâmicas. A crescente deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras e a presença de novas atividades, funções, sujeitos e agentes sociais nos espaços rurais tem gerado uma revalorização do campo, como espaço para se viver. Em virtude dessas mudanças, surgiram novas perspectivas de análise sobre a relação rural-urbano; sobretudo, devido às diferentes possibilidades de recorte teórico-metodológico. Assim, pretende-se aqui analisar a importância das particularidades que distinguem o campo e a cidade, bem como as formas que as relações de complementaridade entre esses espaços.

Palavras-chave: Relações campo-cidade; Rural-urbano; território; territorialidade; identidade.

FIELD AND CITY, RURAL AND URBAN: Study about territory and territoriality

Abstract

The changes that have taken in the Brazilian territory from the processes of industrialization and urbanization have had multiple consequences on the rural-urban relations, resulting in new dynamics. The growing deterioration of living conditions in Brazilian cities and the presence of new activities, functions, subjects and social agents in rural areas have generated a revaluation of the countryside as a place to live. As a result of these changes, new perspectives of analysis on the rural-urban relationship emerged; Above all, due to the different possibilities of theoretical and methodological clipping. Thus, it is intended here to analyze the importance of the particularities that distinguish the countryside and the city, as well as the forms that relations of complementarity between these spaces.

Keywords: Field-city relations; Rural-urban; territory; territoriality; identity.

Introdução

A dicotomia entre cidade e campo, rural e urbano apresenta uma conceituação bastante elástica nas variadas literaturas que aborda o tema. No caso brasileiro, a diferença entre ambas inicia-se no processo das grandes navegações que teve como consequência o “descobrimento do Brasil”, onde passa a constituir a partir de então as primeiras aglomerações urbanas e marcando, assim, o início do que seria chamado de urbano e do que seria chamado de rural em nosso território. Esse processo de ocupação urbana vai se estabelecendo, sobretudo, a partir da linha litorânea e, ao longo dos séculos, se estendendo ao interior. Suzuki (2007) nos apresenta que essa ocupação territorial vai se dando por meio de arraiais, vilas, cidades, sendo que, nesta última, já se concentrava certa organização político-administrativa que diferenciava campo de cidade.

Essa diferenciação se acentua ainda mais, sobretudo com a chegada da industrialização, sendo esse processo consolidado durante o século XX, já na segunda fase da Revolução Industrial, bem posterior ao dos países da Europa Ocidental, que se deu a partir do século XVIII. Trata-se, portanto, de uma industrialização recente ou tardia. Com isso, o campo e a cidade passaram por profundas transformações a partir desse contexto sócio histórico, que resultaram em novas dinâmicas sejam econômicas, sociais, culturais e políticas nas relações entre esses recortes territoriais, impondo uma crescente necessidade de ressignificações do que é rural e urbano no Brasil. Diante do exposto é que a partir do final do século XX e no limiar do XXI, suscita-se a necessidade da retomada de estudos e reflexões acerca da relação campo-cidade, uma vez que para muitos estudiosos essa discussão estava completamente superada em virtude das mudanças que ocorreram na agricultura com o processo de modernização tecnológica e que ampliaram as relações agricultura-indústria, resultando na tendência à urbanização da sociedade brasileira.

Entretanto, a deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles, mas, não exclusivamente nelas, em virtude do agravamento dos problemas de falta de saneamento básico, habitação, transporte público, atendimento médico-hospitalar etc., tem levado a uma revalorização do campo, não apenas como lugar de desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas também como espaço para se viver e desenvolver outras atividades, emergindo novas ruralidades derivadas da presença de atividades não agrícolas, como o turismo, a prestação de serviços etc.

Considerando as diferentes possibilidades de análise e de recortes teórico-metodológicos sobre o rural e o urbano no Brasil, pretende-se, neste artigo, analisar, com base em revisão bibliográfica e nas reflexões teóricas apresentadas durante as exposições da Disciplina Territorialidade da Relação Campo Cidade do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, a importância de se reafirmar as particularidades que distinguem o campo e a cidade, bem como as formas que as relações de complementaridade entre cidade e campo podem assumir no país na contemporaneidade.

PROLEGÔMENOS AO CONCEITO DE RURAL E URBANO, CAMPO E CIDADE.

A compreensão de rural e urbano na atualidade requer, antes de qualquer coisa, vinculá-lo ao seu par dialético, ou seja, campo e cidade. Expressando o que estamos compreendendo sobre campo-cidade e rural-urbano, faz-se necessário distinguirmos com clareza os seus significados, pois como nos mostra Whitaker:

Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão [...]. Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem [...] uma dimensão processual, são conteúdo e contingente (WHITAKER, 2010, p. 192).

Biazzo (2009) nos afirma em que Campo e Cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem, enquanto que urbano e rural são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade que representa a territorialidade, as relações que são travadas no cotidiano dos coletivos humanos. É o pertencimento, o conflito que se estabelece no contatado diário dos atores sociais. Historicamente falando, esses pares não podem ser estudados e compreendidos separadamente, uma vez que ambos não existiriam de forma isolada, embora cada um deles possuem um conteúdo específico que os caracterizam enquanto tal. Estes só podem ser compreendidos enquanto uma totalidade concreta dentro do medo de produção capitalista.

Além dessa vinculação dialética entre rural-urbano e campo-cidade, se faz necessário considerar que os avanços da ciência, da técnica e da informação se disseminaram de forma desigual no espaço geográfico, seletivamente, tornando a dinâmica socioespacial mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano. O constante processo de modernização e de tecnicização da agricultura aproxima o campo da cidade, pois nas “condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes” (SANTOS, 1996, p. 106).

A partir da década de 1950 do século XX, o perfil demográfico brasileiro sofreu um intenso processo de inversão, chegando à atualidade, segundo critérios normativos do IBGE, a apresentar uma população essencialmente urbana:

Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural. Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas (SILVA, 2011, p. 04).

Porém, vale ressaltar que, no Brasil, além dessas transformações pelas quais passaram campo e cidade, os próprios critérios oficiais utilizados pelo IBGE para definir o que é rural e urbano têm promovido discussões em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, já que essa instituição ainda se utiliza da delimitação criada em 1937 durante o Estado Novo, e que, por consequência, não leva em consideração as recentes mudanças que ocorreram nesses espaços e que redefinem suas formas e conteúdos neste início de século (PEGORETTI; SANCHES, 2005). Segundo as autoras, em nosso país o critério adotado para classificar urbano e rural é um critério meramente administrativo, ou seja, “sendo urbano qualquer sede de município (cidade) e de distrito (vila)”.

No período atual, entender o rural não é algo que se restringe a seu campo imediato. As relações estabelecidas entre campo e cidade possuem uma amplitude cada vez maior e devem ser pensadas na totalidade que as integra em termos de estrutura, função, forma, conteúdo e articulação regional. Os espaços rurais não podem mais ser objetos de estudo desarticulados do contexto (regional, estadual, nacional ou global) em que estão inseridos (MELO, 2008).

Dessa forma, embora no período contemporâneo as articulações entre campo e cidade tenham se intensificado, esses espaços continuam apresentando características que lhe são específicas, particulares, como fragmentos do espaço geográfico (totalidade). Nessa concepção, o campo deixa de ser visto apenas como o local de fornecimento de matéria-prima à urbe para ser valorizado também através de outras expressões, dentre elas as atividades ligadas ao lazer. É nessa perspectiva que Wanderley (2015) destaca que o rural deve ser visto de três maneiras diferentes de acordo com os diferentes usos e funções:

Uma primeira, que atribui prioridade à destinação produtiva do meio rural, [...]. Uma segunda posição associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar ao conjunto da sociedade, inclusive e, sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas. Assim, os espaços rurais deixariam de ser propriamente produtivos para se tornarem um espaço de consumo, voltados, sobretudo, para as atividades

relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo para se tornarem um ‘patrimônio’ da sociedade, acessível a todos. Finalmente, uma terceira percepção, também situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora, não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado, contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não (WANDERLEY, 2015, p. 215).

Embora se fale hoje de diferentes formas de ver o rural brasileiro, não devemos nos esquecer da existência do rural agrícola que ainda está presente em boa parte do território brasileiro e que é fonte de sobrevivência de boa parte da população que habita os espaços rurais do nosso país, sendo também responsável pelo abastecimento de pequenas, médias e até grandes cidades.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DA RELAÇÃO CAMPO CIDADE/RURAL E URBANO

A complexidade e os distintos níveis e graus de intensidade que as relações rural-urbano e campo-cidade assumiram ao longo do tempo, em contextos espaciais diferenciados, levaram os estudiosos das Ciências Humanas e Sociais a formularem abordagens que consideram a maior ou menor integração entre esses espaços.

O termo território é polissêmico em conceitos, na concepção de Albagli (2004) que se respalda em Raffastin (1993). O território é sempre fruto de relações de poder que são traçadas no decorrer do processo de construção do mesmo, das relações de trabalho que os atores desenvolvem ao longo do tempo. No entanto, a nível didático, verifica-se que o termo vem do latim *‘territorium’* que é derivado de terra e que nos traçados de agrimensura apareceu com o significado de pedaço de terra apropriada (COSTA, 1997). Na Ciência Geográfica, este conceito vem aparecer com especial destaque no final da década de 1970. A partir da supracitada definição, Corrêa (1996) corrobora ao dizer que tem o significado de pertencimento, de que a terra pertença a alguém, não necessariamente como posse, propriedade, mas devido ao caráter de apropriação sentimental, identificação com o espaço. Albagli (2004, p. 27) atribui ao termo território como sendo um pedaço de terra apropriado e ainda completa afirmando que em língua francesa representa o “prolongamento do corpo do príncipe”, onde este reina plenamente. Neste caso, inclui a terra e também seus habitantes, e completa afirmando que o território apresenta uma variedade de dimensões: a) física - que consiste nas suas características naturais; b) econômica - consiste no tipo de produção que nele se sedimenta e se desenvolve buscando, na maioria dos contextos, a obtenção de lucros; c) simbólica - trata-se da relação afetiva com o território, o sentimento de pertença, a simbologia; d)

sociopolítica - refere-se ao poder de mando dentro do território, ou seja, as relações que são estabelecidas entre o coletivo e seus governos.

Outro aspecto que, ao abordarmos a temática, devemos atentar é a desterritorialização. Esta é entendida como perda de território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território, enquanto que a reterritorialidade é vista como a criação de novos territórios, seja por meio da reconstrução parcial de antigos territórios ou da recriação deste em outros lugares, uma vez que a identidade sociocultural das pessoas está ligada aos atributos do espaço concreto.

Os conceitos de territorialização - desterritorialização - reterritorialização (T-D-R) foram determinados por Raffestin (1993), propondo definir a territorialidade como conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais, ou seja, um sistema de comportamento, de identidade (COSTA, 1997). A **“territorialização”** diz respeito ao dimensionamento espaço-temporal das práticas sociais e construções simbólicas ocorridas em uma dada área geográfica. Por extensão, a **“desterritorialização”** é o desencaixe, o deslocamento, a ruptura desse conjunto de relações sociais e a perda do controle físico (domínio político-econômico) e das referências simbólicas (apropriação simbólico-cultural) sobre/a partir de seu território. Trata-se de um “desenraizamento” real e simbólico do espaço. Já a **“reterritorialização”** diz respeito à ressignificação dos sistemas simbólicos de um lugar, das relações sociais, à criação de novos vínculos em substituição aos perdidos. Essa relação de afeto com o espaço se dá, segundo Albagli (2004), com a noção de comunidade que representa laços muito mais fortes e indivisíveis do que aos de sociedade ou de coletividade. A territorialidade tem no seu conceito o imbricar de sentimentos para com o espaço; são as relações cotidianas que tanto você enquanto indivíduo, como a comunidade acaba desenvolvendo com um determinado território; são sentimentos de ordem religiosa, amorosa, econômica etc. Além disso, a identidade ajuda a resgatar tradições práticas e sociais, manifestações culturais e paisagens naturais, valorizando aspectos endógenos, fundamentais para a recuperação da autoestima e para a concretização de anseios dos atores locais. Pode-se, portanto, considerar que o espaço é uma realidade que se transforma, continuamente, sob a ação das forças econômicas em tempos históricos.

Todos esses sentimentos relativos à territorialidade apresentam um caráter altamente dinâmico, transportável. A identidade territorial poderá ser replantada em outros espaços. Poderíamos citar, como exemplo, a diáspora africana no período da escravidão, em que os negros replantaram aqui no Novo Mundo o seu modo de lidar com as coisas do território, sua cultura, seus costumes, enfim. Outro exemplo são os moradores do campo que migram para as cidades trazendo consigo seus costumes, hábitos e forma de vida do rural, ou seja, apesar de estarem vivendo em um espaço urbano, comportam-se como moradores do campo; com isso, percebemos que a territorialidade é carregada, transportada para outros territórios. Diante disso, é que segundo Albagli (2004), a territorialidade é

uma forma também de dominação sobre um dado espaço, tornando-o distinto dos demais, contribuindo para prover significado, marcas, limites.

TERRITÓRIO ENQUANTO IDENTIDADE

O desafio de compreender o mundo em que colocam os geógrafos requer também considerar a força dos símbolos, das imagens e do imaginário [...] o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. [...] Apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 1997, p. 156).

Para iniciar essa discussão é interessante por em pauta o conceito de identidade na concepção de alguns autores. Hall (1998) nos afirma que vivemos numa contemporaneidade marcada pela descentralização do sujeito e da sua identidade. Para ele, vivemos uma *crise de identidade*. E afirma a urgente necessidade de repensarmos o nosso entendimento acerca deste conceito, visto que as sociedades foram, ao longo do tempo, marcadas por transformações que influenciaram as maneiras de compreender os sujeitos e sua cultura. Para o autor,

Toda identidade é móvel e pode ser redirecionada, indicando a possibilidade de utilizarmos o termo identificação ou a expressão processo identitário para compreender de maneira mais significativa as representações que formam (e transformam) as culturas, os sujeitos e os espaços (HALL, 1998.p. 56).

Hall (1998) faz ainda um importante acréscimo sobre essa ideia, ao dizer que essa necessidade existe “mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado”, o que explica um pouco a existência de identidades que sofrem silenciamento por parte do perfil dominante da sociedade. Nesse sentido, o sujeito pode ser comparado a uma “colcha de retalhos”, onde cada “retalho” representaria uma identidade que compõe esse sujeito, ou seja, sua(s) identidade(s) pessoal(is).

Seguindo esse raciocínio, temos Bauman (2005), a identidade é vista como um horizonte ao qual o indivíduo se empenha, se avalia, censura e corrige os seus movimentos, ou seja, define um sujeito. O mesmo autor ainda mostra que a identidade aparece como algo a ser inventada e não descoberta, ressaltando que o sujeito não nasceria com uma identidade pré-definida e sim iria construindo-a ao longo de sua vida, sendo algo que ele compara a um “quebra-cabeça incompleto” onde sempre poderia ser acrescentada uma peça modificando o resultado da imagem desse sujeito ou acrescentando aquilo que falta.

O simples fato de vivermos em um determinado espaço já nos leva a identificarmos socialmente, reconhecendo-se nele um espaço vivido. Desta maneira, define-se a região como “espaço de identidade ideológico-cultural”, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, de classes que nele reconhece sua base territorial de reprodução. Como afirma Costa (1998, p. 25), “é o sentido de pertencer a uma região e/ou território”, ou seja, as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e o seu espaço. Carlos (1996, p. 20) ressalta que “o lugar é a base de reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade – lugar’ sendo este a ‘porção do espaço apropriável para a vida’”.

A cultura tem um valor inestimável, uma fortaleza para os moradores de uma região, envolvendo a relação parentesco e território que, juntos, constituem uma identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Os símbolos, as imagens, as falas, as pessoas são, na verdade, valores importantíssimos para uma população local onde materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes políticos-culturais que, na verdade, são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção.

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Destarte é pertinente a afirmação de Brandão de que “toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se veem ameaçados a perdê-la” (BRANDÃO apud COSTA, 1998, p. 78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatizar a importância das particularidades que distinguem o campo e a cidade, bem como as formas que as relações de complementaridade entre esses espaços podem assumir no período contemporâneo, constituiu-se no objetivo central do texto ora aqui apresentado.

Como as mudanças produzidas pelos processos de globalização, de urbanização e de reestruturação produtiva não ocorreram ao mesmo tempo e nem com a mesma

intensidade em todos os lugares, a diferenciação e a heterogeneidade dos espaços rurais e urbanos se ampliaram.

Em muitos espaços, especialmente do interior do Brasil, as atividades agropecuárias ainda são predominantes e exercem um papel importante na economia local, regional, embora em algumas áreas, sobretudo às mais próximas aos grandes centros urbanos e com população com maior poder aquisitivo, também sejam desenvolvidas muitas atividades não agrícolas no espaço rural, dentre elas: hotéis fazendas, áreas de pesque-pague, etc. resultando numa maior articulação entre a cidade e o campo. Portanto, o que ficou mais evidenciado, ao longo dessa discussão, é que, apesar dos termos rural-urbano, cidade-campo possuírem suas definições próprias, eles estão imbricados no que se refere a sua espacialização. Há uma interdependência entre ambos.

Verifica-se, assim, que as relações de complementaridade entre campo e cidade se intensificaram, mas cada parcela do espaço geográfico mantém suas particularidades, ampliando assim nossas lentes de compreensão sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Prefácio Ignacy Sachs. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 23-69.

BAUMAN, Z. **Identities**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: ENGRUP, 4., 2009. **Anais...** São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 132-150.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E. de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E. et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. et al. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. 3. ed. São Paul: Hucitec, 1996. p. 251-256.

COSTA, R. H. da. **Desterritorialização e identidade**: a rede “ gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

COSTA, R. H. da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto,

1998.

HALL, S. **A identidade cultural na pos modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MELO, S. C. de. Relação cidade-campo: da compreensão clássica a sua interpretação no contexto de um assentamento de reforma agrária. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 99-114, jan. /jun. 2008.

PEGORETTI, M. S.; SANCHES, S. da P. Dicotomia rural x urbano e segregação sócio-espacial: uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo. In: ENAPUR, 11., 2005. **Anais...** Salvador, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. B. Discutindo o rural e o urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 8, p. 3-11, ago./dez. 2011.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**, ano 10, n.10, jan./jun. 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário. Os estudos rurais no Brasil**. Campinas – SP, Editora Unicamp, 2015.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

Contato com o autor: Celio Silva Meira <celiomeira2014@gmail.com>

Recebido em: 18/08/2018

Aprovado em: 24/02/2019